

Ofício SSG-GAB 25101/2021

Processo Eletrônico TC/007016/2020

Assunto Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – Balanço referente ao exercício de 2019

Conselheiro **Roberto Braguim**

Instância 1ª Instância

Observações *Pede-se o uso das referências relevantes acima.*

São Paulo, 16 de setembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor,

Encaminho o Acórdão prolatado na Sessão Extraordinária nº 3.151 em 09/06/2021, cuja ata foi publicada no DOC de 15/07/2021, págs. 142-143, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de Balanço acima indicado.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Roberto Braguim
Vice-Presidente no exercício da Presidência

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente

Vereador

Milton Leite

Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo

presidencia@saopaulo.sp.leg.br

/wam

Ofício SSG-GAB 25101/2021

Processo TC/007016/2020

Informações Complementares

1. O conteúdo de todos Acórdãos/Decisões encontra-se disponível para visualização na página do portal deste TCMSP, endereço <https://portal.tcm.sp.gov.br> por meio da ferramenta “Pesquisa Integrada”, “Consulta Processos”.
2. Os autos permanecerão à disposição para vista e extração de cópias na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo deste Tribunal enquanto perdurar o prazo para resposta ou interposição de recurso. O contato com a Unidade deve ser feito através do e-mail cartorio@tcm.sp.gov.br.
3. Nos termos dos artigos 137 a 147 do Regimento Interno do TCMSP, poderá ser interposto recurso ao acórdão/decisão por meio de petição escrita, que deve obedecer às seguintes orientações:
 - a. ser dirigida ao relator do processo;
 - b. indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
4. Constitui dever da parte, representante ou procurador indicar, nos autos, o endereço eletrônico e o endereço residencial ou profissional onde receberão as comunicações processuais, bem como atualizar essas informações sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, conforme previsto no art. 77, inciso V, do Código de Processo Civil.
5. A petição ou o recurso podem ser apresentados diretamente pelo destinatário do ofício ou por procurador regularmente constituído nos autos, conforme disciplina o art. 109 do Regimento Interno deste Tribunal, e devem ser protocolados no portal do TCMSP, através do endereço <https://portal.tcm.sp.gov.br/Jurisdicionado>, mediante cadastramento prévio, de acordo com o disposto nas Portarias SG/GAB Nº 08 e 10/2020. O instrumento de mandato é pressuposto essencial para atuação do mandatário no processo.
6. Em caso de recolhimento de multa, cópia da guia que comprove o respectivo pagamento deve ser remetida a este Tribunal. A multa deverá ser atualizada e recolhida em Guia DAMSP a ser fornecida por meio dos endereços eletrônicos lalborghetti@prefeitura.sp.gov.br ou fdiciero@prefeitura.sp.gov.br. Em caso de dúvida, consulte www.tcm.sp.gov.br > Processos > Multas/Procedimentos.

Ofício SSG-GAB 25101/2021

Processo TC/007016/2020

Informações Complementares

7. Os prazos e sua contagem previstos nos artigos 119 e 120 do Regimento deste Tribunal devem ser rigorosamente observados.
8. Para os julgamentos de Contas Anuais do Executivo (processos do tipo Balanço) ou de Auditorias de Funções de Governo, ficam os Jurisdicionados cientes de que o acompanhamento e monitoramento de recomendações ou determinações contidas nas peças decisórias são realizados através do Sistema Diálogo. Em caso de dúvidas, contatar a Coordenadoria VIII, da Subsecretaria de Fiscalização e Controle, através do e-mail dialogo@tcm.sp.gov.br.
9. Caso seja protocolado documento classificado como sigiloso por autoridade pública competente do órgão de origem ou sigiloso em virtude de legislação específica, deverá ser informado, obrigatoriamente, no momento do cadastro no Protocolo Eletrônico, a fundamentação da atribuição de sigilo e eventual prazo final de restrição, conforme Resolução nº 29/2019 e Portaria 04/2020 deste TCMSP.
10. O recebimento deste documento implica ciência aos dispositivos insertos na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e no Decreto nº 59.767/2020 da Prefeitura do Município de São Paulo, que integram a política de proteção de dados do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, especialmente quanto à necessidade de proteção dos dados pessoais, de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, compartilhamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como no tocante à responsabilização pelos danos decorrentes de violações de segurança aos dados pessoais eventualmente compartilhados.

I – RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO ROBERTO BRAGUIM – RELATOR

Processo: TC/007016/2020
Interessada: Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA
Objeto: Balanço referente ao exercício de 2019

RELATÓRIO

Trata-se da Prestação de Contas relativa ao exercício de 2019, encaminhada pela Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, peça 01.

A Subsecretaria de Fiscalização e Controle consolidou o resultado dos exames no Relatório Anual de Fiscalização – RAF, registrando as constatações relativas ao exercício em foco bem como a situação das Determinações de Exercícios Anteriores (peça 06).

Começo por informar que oriento este relatório a partir da estrutura utilizada pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle, trazendo algumas questões de modo simplificado e com pequenos ajustes, no intuito de facilitar o acompanhamento.

1. INTRODUÇÃO

A Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), constituída na forma da Lei Municipal nº 14.649/07, alterada pelas Leis nºs 15.406/11 e 16.665/17, com o propósito de auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social do Município e na otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários e se submete ao seu Estatuto Social e às Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e demais disposições legais e contábeis aplicáveis.

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas referente ao exercício encerrado em 31.12.19 foi encaminhada em 29.05.20, atendendo ao prazo fixado no Regimento Interno deste Tribunal¹.

As Demonstrações Contábeis, elaboradas pela empresa RHPAY do Brasil Serviços e Contabilidade LTDA, foram publicadas em 18.04.20 no DOC, pg. 69, e auditadas pela empresa Aguiar Feres Auditores Independentes², peça 1, fls. 21/35, que, em 13.02.20, emitiu parecer no sentido de que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data estavam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, peça 1, fl. 31.

O Conselho Fiscal emitiu, em 23.03.20, parecer favorável, peça 1, fl. 10, e o Conselho de Administração aprovou em 06.05.20, as Demonstrações Contábeis do

¹ RI-TCMSP,

Art.74 – As entidades da Administração Indireta encaminharão suas contas anuais ao Tribunal, para julgamento, no prazo de até cinco meses contados do término do exercício financeiro correspondente.

² Empresa registrada na CVM sob nº 9555, conforme preceitua o art. 7º da Lei Federal nº 13.303/16.

exercício em foco.

O Relatório de Administração apresentou fatos significativos ocorridos no exercício de 2019, a situação das operações conduzidas pela Companhia e perspectivas potenciais futuras. A equipe de Auditoria não identificou divergências quanto ao conteúdo.

3. GESTÃO FINANCEIRA

Em 31.12.19, as disponibilidades da Companhia totalizavam R\$ 4,2 milhões, apresentando uma diminuição de 47,4% em relação a 2018.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em R\$

Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2019	Δ%	% Vert.
Caixa	161	536	222,9	0,01
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.940.298	4.173.861	-47,4	99,99
Total	7.940.459	4.174.397	-47,4	100

Fonte: BP 2019.

A equipe de Auditoria confrontou a conta contábil com os extratos bancários de aplicação financeira e da conta corrente nº 8.085-3 (agência 1897-X do BB), na posição de 31.12.19, e constatou a regularidade do montante e no registro contábil das receitas auferidas com aplicações financeiras.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC publicada pela SPDA evidenciou adequadamente os efeitos ocorridos nas transações de caixa e equivalentes de caixa da Empresa em 2019.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Publicada – 2019

Em R\$

Especificação	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	22.974.349	29.540.166
Ajustes de Receitas e Despesas não envolvendo o caixa		
Depreciação	10.229	9.478
Ajuste de Exercícios Anteriores	82.966	(103.719)
Ajuste a Valor Justo	(35.770.757)	(38.380.671)
Equivalência Patrimonial	12.585	12.056
IRPJ e CSLL Diferidos	12.162.057	13.049.428
Recuperação de Despesas (Ajuste Imobilizado)	-	(954)
Receitas Financeiras de Longo Prazo (Investimentos em Garantia - PPP)	(1.859.245)	(1.243.004)
PECLD (Perdas Estimadas) CCI	-	12.304
Perda de capital	444	-
Lucro Líquido Ajustado	(2.387.372)	2.895.084
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	23.644	(23.644)
(Aumento) Diminuição de Clientes a Receber	5.075.415	(4.828.235)
(Aumento) Diminuição de Impostos a Recuperar	(38.891)	(372.353)
(Aumento) Diminuição de Despesas Antecipadas	22.780	(144.055)
(Aumento) Diminuição de Fundo de	283.603	163.418

Investimentos – PPP		
(Aumento) Diminuição de Ativos Financeiros	-	26.285.412
Aumento (Diminuição) Fornecedores	(24.770)	330
Aumento (Diminuição) Impostos a Recolher	(250)	(15.515)
Aumento (Diminuição) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	41.934	81.009
Aumento (Diminuição) Outras Obrigações	-	(1.826.009)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	5.383.465	19.320.358
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Fundo de Investimentos em PPP	-	(31.122.197)
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(47.567)	(3.280)
Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento	(47.567)	(31.125.477)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos distribuídos	(6.714.588)	-
Caixa Líquido Utilizado das Atividades de Financiamento	(6.714.588)	-
Aumento / Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.766.062)	(8.910.035)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	7.940.459	16.850.494
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4.174.397	7.940.459
Aumento / Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.766.062)	(8.910.035)

Fonte: DFC 2019, Peça 1, fl. 56.

Todavia, a equipe de Auditoria identificou a inclusão indevida do valor de R\$ 5,4 milhões, na linha "Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais", e a necessidade de ajustes (no cálculo do caixa líquido), conforme itens 14 e 20 do CPC 03 (R2)³, alcançando, ao final, o montante de R\$ 2,9 milhões no Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais.

A equipe de Auditoria constatou também o registro de valores negativos no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, R\$ 47,6 mil, em decorrência da aquisição de Computadores em 2019, e no Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, R\$ 6,7 milhões, em decorrência dos dividendos distribuídos referentes a 2018.

No Ativo Circulante constou o montante de R\$ 6,3 milhões em Créditos a Receber, especificamente na conta "Amortizações Extraordinárias – CEF", referente ao montante a receber da PMSP a título de reembolso.

Nesse ponto, a equipe de Auditoria relata que quando um mutuário

³ CPC 03 (R2), item 14. Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo [...].

Item 20. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (a) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (b) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (c) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. Alternativamente, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais pode ser apresentado pelo método indireto, mostrando-se as receitas e as despesas divulgadas na demonstração do resultado ou resultado abrangente e as variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar.

da Carteira de Crédito Imobiliário (CCI) realiza uma amortização extraordinária ou liquidação antecipada, a COHAB, em nome da SPDA, repassa para a Caixa Econômica Federal (CEF) os valores recebidos, nos termos da dívida da COHAB com a CEF assumida pela Prefeitura. E, como esses valores referem-se a títulos que compõem a carteira de crédito cedida a SPDA, ficou estabelecido que os valores repassados a CEF fossem reembolsados à Companhia preferencialmente com a compensação de eventuais créditos que a PMSP detivesse contra a SPDA, especialmente os relativos a adiantamentos para futuro aumento de capital ou dividendos.

Em 2019 foram repassados R\$ 4,6 milhões em amortizações extraordinárias para a CEF, recebidos R\$ 2,9 milhões da SF referente a reembolsos e compensados R\$ 6,7 milhões com dividendos devidos à PMSP.

A receita operacional da SPDA foi de R\$ 396,5 mil, decorrente do Contrato SF nº 22/19, em 13.08.19 com a PMSP, referente a serviços de consultoria e assessoria técnica, que corresponde tão somente a 12,5% das despesas com Pessoal e Gerais, que totalizaram R\$ 3,2 milhões em 2019.

Em relação às Dívidas de Curto Prazo, a SPDA encerrou o exercício com R\$ 499,8 mil, sendo R\$ 335,5 mil com obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Diante da baixa receita operacional, das despesas necessárias às atividades da Empresa, e, principalmente, do recorrente consumo de Caixa nos últimos anos (R\$ 5,1 milhões em 2017; R\$ 8,9 milhões em 2018 e R\$ 3,8 milhões em 2019), a SPDA deve buscar alternativas para prestar serviços que gerem receitas efetivas, visando à sua continuidade e a diminuição da dependência da amortização antecipada das cotas do FIDC ou de recursos da PMSP.

4. GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial Publicado – 2019

Em R\$

Cona	2019	2018	Conta	2019	2018
Ativo Circulante	11.441.732	20.290.742	Passivo Circulante	499.799	7.197.473
Caixa e Equiv. de Caixa	4.174.397	7.940.459	Obrig. Fornecedores	91.367	116.137
Caixa	536	161	Obrig. Trabalhistas e Prev.	335.487	293.553
Aplicações Financeiras	4.173.861	7.940.298	Obrig. Tributárias	72.945	73.195
Direitos Realizáveis	7.267.335	12.350.283	Dividendos a Distribuir	-	6.714.588
Créditos a receber	6.265.835	11.341.250	Passivo Não Circulante	63.788.259	51.626.201
Outros Créditos	-	23.644	AFAC – Adiantamento	22.824.520	22.824.520
Imp. e Contrib. a recuperar	880.225	841.334	Passivo Fiscal Diferido	40.963.739	28.801.681
Despesas do Exerc. Seguinte	121.275	144.055	Passivo Fiscal Dif. IRPJ	30.120.396	21.177.707
Ativo Não Circulante	323.030.776	285.660.067	Passivo Fiscal Dif. CSLL	10.843.343	7.623.974
Realizável a Longo Prazo	322.952.722	285.606.323	Patrimônio Líquido	270.184.450	247.127.135
Fundo de Invest. GarantiaPPP	33.777.424	32.201.782	Capital Social	204.164.469	204.164.469
Títulos e Valores Mobiliários	289.175.298	253.404.541	Reserva de Lucros	62.382.215	40.473.618
Investimentos	16.608	29.192	Reserva Legal	3.637.766	2.489.048
Imobilizado	61.447	24.552			
Total do Ativo	334.472.508	305.950.809	Total do Passivo e PL	334.472.508	305.950.809

Fonte: BP 2019, Peça1, fl. 54.

A equipe de Auditoria analisou as principais contas que compõe o Balanço Patrimonial, quais sejam:

Direitos Realizáveis

A conta Créditos a Receber diminuiu 44,8% em relação a 2018 e refere-se unicamente às amortizações extraordinárias e liquidações antecipadas que foram repassadas para a CEF, o que gerou um direito a receber da Prefeitura.

Composição dos Direitos Realizáveis Em R\$

Direitos Realizáveis	2018	2019	Δ%	% Vert.
Créditos a receber	11.341.250	6.265.835	(44,8)	86,2
Outros Créditos	23.644	-	(100,0)	0,0
Impostos e Contribuições a recuperar	841.334	880.226	4,6	1,7
Despesas do Exercício Seguinte	144.055	121.275	(15,8)	1,2
Total	12.350.283	7.267.336	(41,2)	100

Fonte: Balancete contábil geral.

A SPDA repassou à CEF R\$ 4,6 milhões referentes à amortização extraordinária/liquidação antecipada conforme quadro abaixo:

Conta 1.1.03.01.001.03-Amortizações Extraordinárias – CEF Em R\$

Saldo em 31.12.18	11.341.250
Amortizações repassadas à CEF em 2019	4.568.515
(-) Reembolso e compensações recebidos da PMSP	9.643.930
Saldo em 31.12.19	6.265.835

Fonte: Extrato bancário conta 8085-3 e razão contábil.

A SF realizou reembolsos para a SPDA, totalizando R\$ 2,9 milhões, e compensação de R\$ 6,7 milhões com os dividendos referentes a 2018, conforme detalhado no quadro a seguir:

Movimentações referentes às Amortizações Extraordinárias Em R\$

Data	Movimentação	Valor
01.08.19	Reembolso recebido da SF	1.625.344
02.09.19	Reembolso recebido da SF	218.810
02.09.19	Reembolso recebido da SF	209.391
01.10.19	Reembolso recebido da SF	118.705
01.11.19	Reembolso recebido da SF	359.550
02.12.19	Reembolso recebido da SF	397.541
Total de reembolso em 2019		2.929.342
27.12.19	Compensação com dividendos	6.714.588
Total		9.643.930

Fonte: Extrato bancário conta 8085-3 e razão contábil.

A equipe de Auditoria realizou testes que constataram a fidedignidade das movimentações contábeis e a adequada documentação de suporte das contas analisadas.

Realizável a Longo Prazo

Em 31.12.19, o saldo contábil no Fundo de Renda Fix, intitulado "CAIXA FI SPDA PROJETOS RF LP", era de R\$ 33,8 milhões, consistente com o extrato do Fundo de Investimento.

O Fundo Exclusivo da Companhia, constituído em 2016 para a gestão da CCI, SPDA Habitação Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – SPDA Habitação FIDC, possui 194,98 cotas subordinadas, todas de titularidade da SPDA.

Em 31 de dezembro de 2019, o SPDA Habitação FIDC apresentou a seguinte composição:

SPDA Habitação FIDC – 2019			Em R\$ mil		
Conta	2019	2018	Conta	2019	2018
Ativo Circulante	292.572	255.926	Passivo Circulante	3.397	2.522
Disponibilidades	244	301	Taxa de administração	18	22
Cotas de Fundos de Inv.ICVM 555	102.187	56.735	Taxa de gestão	53	28
Direitos créditos	190.141	198.050	Taxa de custódia	26	60
Outros créditos	-	840	Auditoria	28	-
-			Outros valores a pagar – aidentificar	3.233	2.412
-			Demais valores a pagar	39	-
-			Patrimônio Líquido	289.175	253.404
Total do Ativo	292.572	255.926	Total do Passivo e PL	292.572	255.926

Fonte: CVM.

As análises realizadas constataram que a posição contábil em 31.12.19 do FIDC está refletida nas demonstrações da SPDA, e que as informações do Fundo estão adequadamente mensuradas e evidenciadas nas demonstrações contábeis da Empresa.

Imobilizado

A evolução dos saldos das contas que integram o Grupo Imobilizado, de 2018 para 2019, encontra-se a seguir disposta:

Imobilizado		Em R\$		
Imobilizado	2018	2019	Δ%	% Vert.
Bens Móveis	59.271	105.399	77,8	171,5
Móveis e Utensílios	23.222	21.782	(6,2)	35,4
Computadores e Periféricos	36.049	83.617	132,0	136,1
(-) Depreciações Acumuladas	(34.719)	(43.952)	26,6	(71,5)
(-) Móveis e Utensílios	(7.119)	(8.350)	17,3	(13,6)
(-) Computadores e Periféricos	(27.600)	(35.603)	29	(57,9)
Total	24.552	61.447	150,3	100

Fonte: Balancete contábil geral.

Os bens do Ativo Imobilizado estão reconhecidos contabilmente pelo seu custo, em observância aos itens 15⁴ e 23⁵ do CPC nº 27.

Houve acréscimo de 132% no item "Computadores e Periféricos", em razão da aquisição de 9 (nove) estações de trabalho/computadores, no montante de R\$ 47,6 mil.

As análises revelaram que as despesas de depreciação dos bens estão adequadas e em conformidade ao inciso V, ao § 2º, alínea "a", artigo 183 da Lei Federal nº 6.404/76.

Passivo Circulante

Passivo Circulante		Em R\$		
Passivo Circulante	2018	2019	Δ%	% Vert.
Fornecedores	116.137	91.368	(21,3)	18,3
Obrigações Tributárias	73.195	72.945	(0,3)	14,6
Obrigações Sociais	57.109	71.042	24,4	14,2
Provisões	236.444	264.445	11,8	52,9
Dividendos a Distribuir	6.714.588	0	(100)	0
Total	7.197.473	499.800	(93,1)	100

Fonte: Balancete contábil geral.

Na conta Fornecedores, composta por fornecedores de serviços, alugueis e rateios a pagar, foram constatados apenas dois pagamentos, referentes ao 1º e 2º trimestre, o que indica que estas obrigações não estão sendo pagas regularmente SPDA.

A conta Provisões é composta por provisão de férias e de INSS e FGTS sobre férias e representa 24,4% do grupo passivo circulante. Em Dividendos estão representados os créditos em favor da Companhia compensados pelos repasses à CEF referentes a Amortizações Extraordinárias.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06.05.20, peça 1, fl. 08, destinou o lucro líquido de 2019 à constituição de reserva de lucros a realizar, descontado o valor referente à reserva legal.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

No exercício de 2019 não houve movimentação nesta conta

Patrimônio Líquido

Composição Patrimônio Líquido em 31.12.19		Em R\$		
Patrimônio Líquido	2018	2019	Δ%	% Vert.
Capital Social	204.164.469	204.164.469	-	75,6
Reservas de Lucros	40.473.618	62.382.215	54,1	23,1
Reserva Legal	2.489.048	3.637.766	46,2	1,3
Total	247.127.135	270.184.450	9,3	100

Fonte: BP 2019, Peça 1, fl. 54.

⁴ Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo

⁵ O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento [...].

O Patrimônio Líquido sofreu variação positiva em R\$ 23,1 milhões, decorrente do resultado calculado na DRE, utilizado adequadamente para a constituição da Reserva Legal e Reserva de lucros a realizar.

4.2 – Demonstração do Resultado do Exercício e de Resultado Abrangente

Demonstração do Resultado do Exercício Publicada – 2019

Em

R\$	2019	2018
Descrição		
Receitas Operacionais	396.528	-
Serviços Prestados	396.528	-
Deduções da Receita Operacional (ISS, PIS e COFINS)	(56.505)	-
ISS	(19.826)	
PIS	(6.543)	
COFINS	(30.136)	
Despesas	(3.178.989)	(3.345.631)
Despesas com Pessoal	(2.656.056)	(2.901.289)
Honorários e Salários	(1.889.864)	(2.091.434)
Encargos – INSS e FGTS	(488.296)	(533.514)
Provisão e Encargos – Férias e 13º salário	(218.804)	(207.706)
Vale Refeição	(21.628)	(23.648)
Assistência Médica	(37.253)	(44.607)
Exame Médico	(210)	(40)
Auxílio Doença	-	(340)
Despesas gerais e administrativas	(522.933)	(444.341)
Assessoria Contábil	(69.960)	(69.960)
Auditoria e Consultoria	(13.575)	(13.575)
Outros Serviços PJ	(43.527)	(94.491)
Aluguel e Condomínio	(159.115)	(82.726)
Seguros	(198.105)	(74.502)
Despesa com utilização do espaço PMSP	-	(82.940)
Depreciação	(10.229)	(9.478)
Perda de Capital	(444)	-
Outras Despesas Operacionais	(27.978)	(16.670)
Financeiras	2.217.196	8.913.010
Receita de CCI	-	6.714.588
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.216.681	2.465.591
Juros Ativos	49.419	183.439
Desconto obtido	23	-
Recuperação de Despesas	67.447	17.273
Despesas Financeiras	(696)	(7.223)
PIS S/ Receita Financeira	(14.915)	(60.976)
COFINS S/ Receita Financeira	(91.786)	(375.236)
Outras receitas (despesas) financeiras	(8.976)	
Outras Receitas Operacionais	35.770.761	38.380.756
Receitas de Ajuste a Valor Justo – Sub Conta	35.770.757	38.380.671
Receita de Equivalência Patrimonial	-	85
Dividendos e Lucros Recebidos	4	-
Outras Despesas	(12.174.642)	(13.049.428)
Despesas de Equivalência Patrimonial	(12.585)	(12.142)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(12.304)
IRPJ Diferido	(8.942.689)	(9.595.168)
CSLL Diferido	(3.219.368)	(3.454.260)

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.974.349	30.898.708
Apuração de Tributos	-	(1.358.542)
Imposto de Renda	-	(992.575)
Contribuição Social sobre o Lucro	-	(365.967)
Resultado Líquido do Período	22.974.349	29.540.166

Fonte: DRE 2019, Peça 1, fl. 55.

O resultado do exercício apresentado pela SPDA foi positivo em R\$ 22,9 milhões, decorrente, principalmente, de Ajuste a Valor Justo e não por serviços por ela prestados.

Demonstração de Resultado Abrangente Publicada – 2019 Em R\$

Especificação	2019	2018
Lucro / Prejuízo Líquido do Exercício	22.974.349	29.540.167
Ajustes de Exercícios Anteriores	82.966	(103.718)
Resultado Abrangente do Exercício	23.057.315	29.436.449

Fonte: DRA 2019, Peça 1, fl.58.

Nos exames realizados pela equipe de Auditoria não foram verificadas incorreções estruturais significativas na DRE e na DRA.

Despesas com Pessoal

As Despesas com Pessoal do exercício de 2019 diminuíram 8,5% em relação a2018.

Despesas com Pessoal

		Em R\$		
Despesa	2018	2019	Δ%	% Vert.
Honorários e Salários	2.091.434	1.889.864	(9,6)	71,2
Encargos – INSS e FGTS	533.514	488.296	(8,5)	18,4
Provisão e Encargos – Férias e 13º Salário	207.706	218.804	5,3	8,2
Vale Refeição	23.648	21.628	(8,5)	0,8
Assistência Médica	44.607	37.253	(16,5)	1,4
Exame Médico	40	210	425	0,0
Auxílio Doença	340	-	(100)	0,0
Total	2.901.289	2.656.056	(8,5)	100

Fonte: Despesas com pessoal demonstrada na DRE 2019.

Obs.: Incluem salários dos funcionários, honorários da Diretoria e dos Conselhos e bonificações.

Os exames realizados pela equipe de Auditoria atestaram a fidedignidade dos dados e a documentação de suporte das despesas presentes na DRE.

4.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Publicada – 2019 Em R\$

Especificação	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
----------------------	-----------------------	----------------------	--------------------------	--------------------------------------	---	--------------

Saldo em 01 de janeiro de 2018	204.164.469	1.012.040	19.228.766	-	-	224.405.275
Ajustes de exercícios anteriores				(103.719)		(103.719)
Reversão e Transferência de Reserva	-	1.477.008		(1.477.008)	-	-
Dividendos a distribuir				(6.714.588)		(6.714.588)
Lucro do Exercício	-	-	-	29.540.166	-	29.540.166
Reserva de Lucros a Realizar			21.244.852	(21.244.852)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	204.164.469	2.489.048	40.473.618	-	-	247.127.135
Saldo em 01 de janeiro de 2019	204.164.469	2.489.048	40.473.618	-	-	247.127.135
Ajuste de exercício anterior				82.966		82.966
Reserva Legal		1.148.717		(1.148.717)		-
Dividendos a Distribuir				-		
Lucro do Exercício				22.974.349		22.974.349
Reserva de Lucros a Realizar			21.908.597	(21.908.597)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	204.164.469	3.637.766	62.382.215	-	-	270.184.450

Fonte: DMPL 2019, Peça 1, fl.57.

Os exames revelaram que as variações ocorridas no Patrimônio Líquido estão corretamente demonstradas na DMPL.

4.4. Notas Explicativas

A SPDA apresentou as Notas Explicativas às demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2019 às fls. 36 a 53 da peça 1, relacionadas principalmente ao Balanço Patrimonial. Em relação à DRE, foram apresentadas Notas Explicativas das despesas com pessoal e do resultado financeiro.

A DFC e a DMPL não apresentaram Notas Explicativas. A equipe de Auditoria recomenda que, para melhor transparência das informações, todas as demonstrações contábeis sejam complementadas com as respectivas Notas Explicativas.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Compromisso de Desempenho Institucional

A equipe de Auditoria destacou os seguintes comentários constantes do relatório de acompanhamento do CDI de 2019:

- Resultado Econômico (atingido com ressalvas): A SPDA não atingiu a meta de R\$ 429 mil, apresentando Resultado Econômico de R\$ 340 mil. A meta pressupunha a entrega de quatro notas técnicas referentes a dois produtos com duas fases: Antecipação de Recebíveis dos Fornecedores do Município e Análise de Viabilidade da Alienação de Créditos de Carbono em Propriedade do Município. No entanto, a fase II destes produtos foi comprometida por fatores exógenos.
- Resultado Financeiro (atingido): A SPDA apresentou resultado líquido acima da meta estipulada.
- Meta de Pessoal (atingido): A Companhia conseguiu manter o quantitativo e as

despesas de pessoal abaixo das metas de pessoal do CDI, apresentando redução nas despesas em relação ao exercício de 2018. Segundo a Empresa, esse resultado foi possível trabalhando com equipe reduzida.

- Plano de Investimento (Não atingido): A Companhia não atingiu a meta de investimentos em 2019, de adquirir computadores de mesa para a equipe. Os computadores de mesa foram adquiridos em 2019, mas foram somente pagos em janeiro de 2020, pelo valor exato da meta.
- Produtos (atingido): A empresa entregou duas notas técnicas sobre gestão do FCVS para PMSP que não estavam previstas no planejamento. As notas corresponderam a R\$ 158,2 mil, 44% do que estava projetado com serviço de consultoria para o ano. Além disso, a empresa assinou um acordo de cooperação com a Cohab-MG e busca viabilizar sua contratação para prestar consultoria na criação do FIDC habitacional para esta entidade;
- Indicadores (Não atingido): Dos 3 Indicadores apenas 2 apresentaram resultados satisfatórios. Os indicadores medem os esforços da Empresa em melhorar o perfil da carteira de contratos que compõe o FIDC SPDA, diminuindo a incerteza destes ativos e otimizando o fluxo de caixa futuro, resultando na valorização do Fundo. Fatores como o atraso no tombamento da carteira e a suspensão temporária do registro da cessão do crédito acabaram comprometendo o atingimento da meta.

Por concluir que o desempenho geral da SPDA foi considerado parcialmente satisfatório, pois se atingiu apenas três dos seis itens avaliados no âmbito do CDI, indicando a necessidade de busca de novos projetos que sejam fontes de receitas para a SPDA garantir sua continuidade operacional.

Transparência

Os testes realizados nos endereços eletrônicos utilizados pela SPDA permitiram identificar a disponibilização de documentos relevantes de 2019, como atas de reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, contratos ativos de fornecedores.

Contudo, a equipe de Auditoria não localizou no site da SPDA a publicação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2019, infringindo § 1º do artigo 86º da Lei Federal nº 13.303/16.

No que tange à Governança, em consulta realizada em 30.07.20 no site⁷ da SPDA, a equipe constatou que:

- A única Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa publicada refere-se a

⁶ Art. 86. As informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista relativas a licitações e contratos, inclusive aqueles referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônicos atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle competentes.

§ 1º As demonstrações contábeis auditadas da empresa pública e da sociedade de economia mista serão disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa ou da sociedade na internet, inclusive em formato eletrônico editável.

⁷ <http://portalspda.com.br/> e <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/admindireta/empresas/Paginas/SPDA.aspx>

2017, infringindo o inciso I, artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16;

- O único Relatório de Sustentabilidade publicado foi atualizado em 26.06.18, infringindo o inciso IX, artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16.

Concluiu, então, que as informações não estão sendo publicadas de forma permanente e cumulativa, em desacordo com o § 4º do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16.

6. INFRINGÊNCIAS E DETERMINAÇÕES DO EXERCÍCIO:

A equipe de Auditoria não identificou irregularidades relevantes acerca das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício de 2019. As infringências, decorrentes de inobservância de expressa disposição legal ou normativa, foram assim apresentadas:

6.1. A linha Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais possui indevidamente o montante de R\$ 5,4 milhões, por não considerar os ajustes do lucro líquido no cálculo do caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais da SPDA. Dessa forma, considerando todos os ajustes do lucro líquido e as variações, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 2,9 milhões (subitem 3.2).

Dispositivo legal não observado: Itens 14 e 20 do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.2. Ao término de 2019, das seis metas estabelecidas para a SPDA no Compromisso de Desempenho Institucional, três não foram atingidas (subitem 5.1).

Dispositivo legal não observado: Artigos 27 e 28 do Decreto Municipal nº 58.093/18.

6.3. Não foi localizada a publicação no site da SPDA referente às demonstrações contábeis do exercício de 2019 (subitem 5.2).

Dispositivo legal não observado: § 1º do art. 86 da Lei Federal nº 13.303/16.

6.4. A única Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa publicada é referente a 2017 e o único Relatório de Sustentabilidade publicado foi atualizado em 26.06.18, portanto não está sendo publicada de forma permanente e cumulativa nos sítios eletrônicos da SPDA (subitem 5.2).

Dispositivo legal não observado: Incisos I, IX e § 4º do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16.

Proposta de Determinação

6.5. A SPDA deve buscar alternativas para prestar serviços que gerem receitas efetivas, viabilizando a continuidade da Empresa e a diminuição da dependência da amortização antecipada das cotas do FIDC ou de recursos da PMSP (subitens 3.3 e 5.1).

7. DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nas Contas do exercício de 2014, analisadas no TC nº

⁸ Art. 8º As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:

I – elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos

72.002.390/15-49 e julgadas em 09.03.16, foram expedidas uma Determinação e uma Recomendação.

No RAF referente a 2015, TC nº 72.003.700/16-50, a Auditoria considerou atendida a Recomendação de 2014, que tratava do cumprimento do objeto social da Empresa, restando pendente de atendimento a determinação a seguir:

Determinação – Busque sustentabilidade financeira e operacional, a fim de cumprir o § 2º do artigo 2º do Estatuto da Companhia, que dispõe: "É expressamente proibido o recebimento de recursos financeiros do Município de São Paulo para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio".

Na 3143ª Sessão Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2021, o Plenário apreciou as Contas da SPDA de 2015, acolhendo o entendimento do Órgão Técnico, reiterando a determinação do exercício de 2014.

Por fim, o Órgão Técnico concluiu, em síntese, que em 2019 a SPDA faturou R\$ 396,5 mil referentes a serviços de consultoria e assessoria técnica, suficientes apenas para cobrir 12,5% das Despesas com Pessoal e Gerais, que totalizaram R\$ 3,2 milhões em 2019. Assim, faz-se necessária a concretização de novos projetos para a sustentabilidade financeira e operacional da Empresa.

Oficiada das conclusões constantes do RAF, peça 10, a Empresa deixou transcorrer *in albis* o prazo para manifestação.

Estando os autos na Procuradoria da Fazenda Municipal, a Pasta apresentou requerimento objetivando a dilação de prazo, peça 18, apresentando, na sequência, os seus esclarecimentos de peças 24 a 31.

A seu turno, a Procuradoria da Fazenda Municipal ressaltou que na manifestação da Companhia restaram comprovados a lisura e o acerto das condutas que vem sendo adotadas nos atos praticados pela Direção, principalmente de ação objetivando a regularização dos apontamentos, peça 33.

Por fim, pleiteou a aprovação das Contas, ou subsidiariamente, a sua aprovação com recomendações, sugerindo o encaminhamento dos autos à Auditoria para manifestação quanto ao conteúdo apresentado às peças 24 a 31.

Levado o pleito à análise de SFC, a Coordenadoria I concluiu pela superação das infringências 6.1 e 6.3, ratificando os demais dos apontamentos, peça 36.

Em nova manifestação, a Procuradoria da Fazenda Municipal, ciente do acrescido, reiterou os termos de sua intervenção de peça 33, requerendo a aprovação das Contas e o acolhimento do Balanço para o exercício foco, peça 38.

A Secretaria-Geral entendeu que as Contas da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos em análise reúnem condições de aprovação, com as recomendações e determinações que se façam necessárias, ressalvados os atos não apreciados e pendentes de julgamento.

É o relatório.

VOTO

Trago a julgamento a análise das Contas da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, do exercício de 2019.

Referido procedimento foi instaurada a partir do recebimento nesta Casa, em 29 de maio de 2019, da documentação pertinente, encaminhada pelo seu Diretor Presidente, tempestivamente, em cumprimento ao disposto ao artigo 74^o do Regimento Interno deste Tribunal, peça 1.

O exame está balizado no Relatório da Subsecretaria de Fiscalização e Controle deste Tribunal, peça 06, e nos processos acompanhantes.

No curso da instrução, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, foi possibilitada a intervenção dos responsáveis identificados no Relatório Anual de Fiscalização, para oferecimento de suas alegações, peças 10, 18/19 e 24/31.

A Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA foi constituída em consonância com a Lei Municipal 14.649/2007¹⁰, e tem como objeto social auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social do Município e na otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários municipais.

O Executivo, por meio do Decreto nº 52.959/12, autorizou a Companhia a atuar, com exclusividade, pelo Poder Público Municipal nos casos de coordenação de estruturação de operações financeiras e de mercado de capitais e, também, na prestação de garantias reais ou fidejussórias nos projetos de parcerias público-privadas municipais.

A Companhia está vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda e é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

O exercício em foco apresentou lucro líquido de R\$ 22,9 milhões, grande parte em decorrência da avaliação da carteira de créditos imobiliários, registrada na conta "Ajustes a Valor Justo". Tal valor, somado a ajustes de exercícios anteriores, foram destinados a Reserva Legal e Reserva de Lucros a Realizar, representando aumento de 23,1 milhões em seu Patrimônio Líquido.

A Receita Operacional efetiva foi de R\$ 396,5 mil, referente a serviços de consultoria e assessoria técnica, prestados à PMSP nos termos do Contrato SF nº 22/2019, valor suficiente para cobrir apenas 12,5% das despesas gerais e com pessoal, que totalizaram R\$ 3,2 milhões.

As demais receitas foram classificadas em Outras Receitas Operacionais, R\$ 35 milhões, decorrentes de ajustes a valor justo, e R\$ 2,2 milhões em

⁹ Art. 74. As entidades da Administração Indireta encaminharão suas contas anuais ao Tribunal, para julgamento, no prazo de até cinco meses contados do término do exercício financeiro correspondente.

¹⁰ Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças, com sede e foro na Cidade de São Paulo, com prazo de duração indeterminado.

Receitas Financeiras, advindas de rendimentos de aplicações financeiras.

A Empresa contou, também, com recursos decorrentes de reembolsos de amortizações extraordinárias da Carteira de Crédito Imobiliário da Cohab-SP cedida pela PMSP à SPDA, composta por 31.578 mil contratos de financiamento imobiliário, originados da comercialização de conjuntos habitacionais pela Cohab. No período foi reembolsado o montante de R\$ 2,9 milhões e compensado o de R\$ 6,7 milhões com dividendos devidos à PMSP.

Como ocorrido em exercícios anteriores, a Empresa segue consumindo os Recursos de Caixa e Equivalentes de Caixa, R\$ 3,8 milhões no exercício (R\$ 5,1 milhões em 2017; e R\$ 8,9 milhões em 2018), o que demonstra a necessidade de buscar alternativas que proporcionem receitas efetivas, visando sua sustentabilidade com a diminuição da dependência de amortização antecipada das cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC ou de recursos da PMSP.

No que tange às Dívidas de Curto Prazo, do valor registrado, R\$ 499,8 mil, a maior parte pertence a obrigações trabalhistas e previdenciárias, R\$ 335,5 mil.

Conforme bem destacado pela Auditoria, o desempenho geral da SPDA foi considerado parcialmente satisfatório, pois a Empresa atingiu apenas três dos seis itens avaliados no âmbito do CDI, reafirmando a necessidade de busca de novos projetos que sejam fontes de receitas para a SPDA para garantir sua continuidade operacional.

Sob o aspecto contábil/financeiro, a Auditoria constatou a fidedignidade das movimentações e a regularidade dos valores registrados no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações Contábeis, com o respectivo suporte documental, bem como a adequabilidade das informações constantes das Notas Explicativas, com ressalva pontual em relação ao cálculo do Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais, apontamento superado no decorrer da instrução.

Assim, respaldado nos relatórios da Subsecretaria de Fiscalização e Controle e alicerçado no parecer da Secretaria Geral, que agrego ao presente, VOTO pela aprovação das CONTAS da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, referentes ao exercício de 2019, ressalvados os atos não apreciados ou pendentes de julgamento.

Acolho os apontamentos das infringências constantes nos itens 6.2¹¹ e 6.4¹², e a proposta de Determinação identificada no item 6.5¹³ do RAF 2019.

¹¹ **6.2.** Ao término de 2019, das seis metas estabelecidas para a SPDA no Compromisso de Desempenho Institucional, três não foram atingidas (subitem 5.1).

¹² **6.4.** A única Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa publicada é referente a 2017 e o único Relatório de Sustentabilidade publicado foi atualizado em 26.06.18, portanto não está sendo publicada de forma permanente e cumulativa nos sítios eletrônicos da SPDA (subitem 5.2).

¹³ **6.5.** A SPDA deve buscar alternativas para prestar serviços que gerem receitas efetivas, viabilizando a continuidade da Empresa e a diminuição da dependência da amortização antecipada das cotas do FIDC ou de recursos da PMSP (subitens 3.3 e 5.1)

Fica mais uma vez reiterada a Determinação do exercício de 2014, identificada no item 7¹⁴, recentemente repetida no julgamento das Contas de 2015, na 3.143ª Sessão Extraordinária, ocorrida em 12/05/2021.

Determino o envio de cópias deste Relatório e Voto e do Acórdão decorrente ao Diretor-presidente da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, ao Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito, à Mesa Diretora da Câmara Municipal e ao Secretário Municipal da Fazenda.

Após os trâmites legais, arquivem-se os autos.

É como voto.

TCM, 09 de junho de 2021.

ROBERTO BRAGUIM
Conselheiro Vice-Presidente

ERR/RB

¹⁴ Busque sustentabilidade financeira e operacional, a fim de cumprir o § 2º do artigo 2º do Estatuto da Companhia, que dispõe: "É expressamente proibido o recebimento de recursos financeiros do Município de São Paulo para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio".

II – ACÓRDÃO

- Processo - TC/007016/2020
Interessada - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA
Objeto - Balanço referente ao exercício 2019

3.151ª Sessão Extraordinária

BALANÇO. EXERCÍCIO 2019. SPDA. 1. Apresentação de lucro líquido, grande parte em decorrência da avaliação da carteira de créditos imobiliários. 2. A Receita Operacional foi suficiente para cobrir apenas 12,5% das despesas gerais e com pessoal. 3. A Empresa contou com recursos decorrentes de reembolsos de amortizações extraordinárias da Carteira de Crédito Imobiliário da Cohab-SP cedida pela PMSP. 4. A Entidade segue consumindo os Recursos de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que demonstra a necessidade de buscar alternativas que proporcionem receitas efetivas. 5. A maior parte das Dívidas de Curto Prazo pertence a obrigações trabalhistas e previdenciárias. 6. Fidedignidade das movimentações e a regularidade dos valores registrados no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações Contábeis. APROVADO. DETERMINAÇÕES. Reiterada as DETERMINAÇÕES de exercício anterior. Votação unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do exame das Contas da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, relativas ao exercício financeiro 2019, dos quais é Relator o Conselheiro ROBERTO BRAGUIM.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em aprovar as Contas da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, referentes ao exercício 2019, ressalvados os atos não apreciados ou pendentes de julgamento.

ACORDAM, ainda, à unanimidade, em acolher os apontamentos das infringências constantes nos itens 6.2 e 6.4, e a proposta de determinação identificada no item 6.5 do Relatório Anual de Fiscalização 2019.

ACORDAM, à unanimidade, em reiterar a determinação do exercício 2014, identificada no item 7, recentemente repetida no julgamento das Contas do exercício 2015, na 3.143ª Sessão Extraordinária, ocorrida em 12/05/2021.

ACORDAM, à unanimidade, em determinar o envio de cópia do relatório e voto do Relator e deste Acórdão ao Diretor-Presidente da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito, à Mesa Diretora da Câmara Municipal e ao Secretário Municipal da Fazenda.

ACORDAM, afinal, à unanimidade, em determinar, após os trâmites legais, o arquivamento destes autos.

Presente o Procurador-Chefe da Fazenda ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 9 de junho de 2021.

JOÃO ANTONIO – Presidente
ROBERTO BRAGUIM – Relator
EDUARDO TUMA – Revisor
MAURÍCIO FARIA – Conselheiro
DOMINGOS DISSEI – Conselheiro

/lsr



Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº

de

1 1

(a)

Ref.: Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Ofício SSG-GAB 25101/2021 – Processo TC/007016/2020

À
Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP-22

Senhor Supervisor,

Trata-se de Ofício proveniente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, por intermédio do qual encaminha Acórdão prolatado em 09/06/2021, por meio do qual a Corte apreciou o processo de Balanço da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos referente ao exercício de 2019.

Encaminho o expediente em referência, para que seja cadastrado e enviado, para informação, à douta Comissão de Administração Pública.

São Paulo, 29 de setembro de 2021.

Raimundo Batista

Secretário Parlamentar Adjunto